



AS REFORMAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO: CONJECTURAS HISTÓRICAS

Elisangela Alves dos Reis¹
Patrícia De Araujo Abucarma Stevanato²

RESUMO

O presente texto apresenta as conjecturas históricas que circundaram as reformas pedagógicas brasileiras no campo da alfabetização, a partir das implicações do modo como a sociedade se organizou para atender à demanda de formação em cada contexto histórico. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica qualitativa mapeou as principais problemáticas colocadas em destaque ao longo da história da escola pública brasileira e desvelou que indagações sobre o que é alfabetização, para que alfabetiza, quais os conteúdos trabalhados na alfabetização e como se alfabetizar foram realizadas sobre diferentes ópticas e respondidas por estudiosos e legisladores de cada época de diferentes maneiras, com a função social de atender às demandas econômicas, sociais e políticas vigentes.

Palavras-chave: educação, alfabetização, reformas pedagógicas.

1.INTRODUÇÃO

As reformas pedagógicas no Brasil ocorreram em diferentes nuances, sobretudo na alfabetização. Imbricadas de disputas de poderes e campos de atuação, suas formatações, reformulações e até mesmo mutações buscaram atender às demandas econômicas, sociais e políticas de cada época.

Em 1880, foi introduzido no Brasil a Cartilha Maternal de João de Deus que propunha o método da palavração, uma proposta de aprendizagem

¹ Doutora em Educação, UEM/PR, elysreis@hotmail.com

² Mestra em Educação, UEM/PR, pat.abucarma@gmail.com



significativa por meio do entendimento da palavra escrita para então chegar ao valor sonoro de sílabas (método analítico).

Na política e economia brasileira desse período, a finalidade da escola era oferecer um conhecimento que pudesse elevar a população brasileira ao *status* de sociedade letrada e garantir mão de obra instruída o suficiente para executar trabalhos oriundos dos avanços tecnológicos e industriais que o país demandava.

Ao final do século XIX, aprender a ler e a escrever compreendia conhecer as letras (consoantes e vogais), juntar consoantes e vogais para formar sílabas, sílabas para formar palavras e palavras para formar frases, método conhecido como sintético.

No início da década de 1980, ganham destaque no campo da pesquisa algumas análises da alfabetização relacionadas à psicologia, pedagogia, psicolinguística, sociolinguística e linguística. Nessa época, destaca-se o construtivismo, fundamentado na psicologia de Jean Piaget e de estudos sobre a psicogênese da língua escrita, de Emilia Ferreiro, uma concepção de ensino que propõe compreender como a criança constrói o conhecimento sobre a língua escrita (MORTATTI, 2000).

Nesse sentido, a presente narrativa tem como objetivo apresentar algumas conjecturas históricas que circundaram as reformas pedagógicas brasileiras no campo da alfabetização no século XIX, XX e XXI.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, a compreensão dos estudos de Emilia Ferreiro, por parte dos sistemas de ensino, após a ditadura e início do Estado Democrático, influenciou as discussões sobre os altos índices de repetência na primeira série do ensino fundamental e evidenciou o ensino tradicional da língua escrita como um grande problema educacional. Nesse cenário, os professores foram “capacitados” para aplicar em sala de aula práticas pedagógicas que propiciassem aos alunos a construção de hipóteses de escrita sobre o sistema de escrita alfabética a partir



de textos que circulassem na sociedade. O professor precisava valorizar a escrita do aluno, então era preciso propor que escrevessem a partir de textos que veiculassem em práticas sociais, de acordo com sua hipótese de escrita.

Surge ao lado dos estudos sobre alfabetização o termo letramento, que para Soares (2000, p.97) deve ser “entendido como desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais”. Desse modo, as discussões sobre o ensino da leitura e escrita são postergadas e a necessidade de práticas pedagógicas que ensinem as crianças a compreenderem o que leem e escrevem a partir das práticas sociais, passam a ser vistos como a solução para o problema do fracasso escolar na alfabetização.

Para entender o contexto em que surge o termo letramento, é preciso compreender que a formação oferecida pela escola pública requerida pela sociedade brasileira do final do século XX e início do XXI está permeada pelas ideias neoliberais: flexibilização das relações de trabalho e produção.

Segundo Libâneo (2016), no âmbito das políticas educativas oficiais, organismos internacionais têm produzido grande impacto na definição dos conteúdos escolares, função da escola e currículo. O Banco Mundial, em documentos como “Educação um Tesouro a Descobrir”, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, cujo presidente foi Jacques Delors, um economista francês, apresenta políticas educativas de alívio à pobreza e redução da exclusão social por meio de um currículo que valora o como fazer e a utilidade do conhecimento em detrimento do saber sistematizado.

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica qualitativa mapeou as principais rupturas, permanências, continuidades e discontinuidades que marcaram as disputas nesse contexto. Para tanto, levantou-se as seguintes problemáticas: O que é alfabetização? Para que alfabetizar? Quais os conteúdos trabalhados para alfabetizar? Como alfabetizar?



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse cenário, o letramento se destaca do termo alfabetização, haja vista, que a escola, a partir de influências internacionais, deve ser acolhedora e se ocupar com a formação de competências, indivíduos produtivos e empreendedores e não mais se preocupar com conteúdo científico elaborado pela humanidade.

Se antes o fracasso do ensino da leitura e escrita e os altos índices de repetência e evasão eram detectados na primeira série do ensino fundamental, as discussões sobre alfabetização no século XXI tem chegado ao ensino médio e muitos professores e especialistas têm detectado um domínio precário da língua escrita.

[...] resultados da avaliação em grande escala – PISA, Provinha Brasil, Prova Brasil, ENEM –, acirram-se as preocupações com a alfabetização no país. Sabemos que muitos fatores extra e intraescolares têm contribuído para isso; dentre eles está a formação do professor alfabetizador, tanto no âmbito inicial quanto na continuada. (SHIMAZAKI & MENEGASSI, 2016, p.201)

Diante disso, o Ministério da Educação, de 2013 a 2016, em parceria com Estados e Municípios, ofertou a formação continuada Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC a todos os professores alfabetizadores dos municípios que fizeram a adesão através de um sistema denominado Plano de Ações Articuladas – PAR. O objetivo do programa de formação era oferecer princípios e reflexões teóricos-metodológicos sobre alfabetização e letramento, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 7 de julho de 2017, foi publicado a portaria nº 826 que dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC 2017, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME. Desta vez, as ações do PNAIC além de atender os professores e alunos do 1º ano o 3º ano do ensino fundamental, tinham como



foco também os alunos da pré-escola e das oficinas do Novo Mais Educação. Segundo a portaria nº 826/2017, cabe aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e gestores públicos uma responsabilidade compartilhada no alcance do direito da criança de escrever, ler com fluência e dominar os fundamentos da Matemática no nível recomendável para sua idade.

O Documento Orientador 2017 afirma que a etapa da alfabetização é a base para “garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos” (Marco de Ação da Agenda de Educação 2030, da qual o Brasil é signatário).

Vários trechos do Documento Orientador (2017) evidenciam a influência do relatório Educação um tesouro a descobrir (UNESCO, 2010), sendo assim convém destacar dois deles, sendo o primeiro:

A equipe da SEB compreende a alfabetização como um processo intencional, complexo e interdisciplinar: uma verdadeira proposta de educação integral que deve inserir a criança em um ambiente seguro, lúdico e motivador de novos aprendizados, articulado com a vivência de valores como curiosidade, criatividade, respeito às diferenças, espírito investigativo, trabalho cooperativo, resiliência, resolução de problemas e outros que preparam o indivíduo para ser, viver e conviver no século XXI. (BRASIL, 2017, p.12)

A Secretaria de Educação Básica, no trecho descrito, não expressa claramente o que compreende por processo intencional e complexo de alfabetização, mas deixa evidente que o objetivo da escola ao alfabetizar é preparar os alunos para serem indivíduos que, ao resolverem problemas, sejam flexíveis, ou seja, ao passar por situações difíceis sejam capazes de recomeçar. Não apresenta nenhum conteúdo específico ligado ao ensino da língua materna, o que evidentemente vem tornando o ensino da língua materna mais precário do já foi em períodos históricos anteriores. O segundo a ser destacado:

Os professores, seus formadores e gestores, tendo altas expectativas sobre as crianças e mobilizando seus conhecimentos para que elas possam progredir no domínio da língua materna e da Matemática, em uma perspectiva ampla de formação interdisciplinar e integral, ratificam seu compromisso ético-profissional de trabalhar com excelência, compreendendo



a etapa de Alfabetização como fundamental para incluir todos os brasileiros que chegam à escola em uma trajetória escolar de sucesso, em busca de novos patamares de educação ao longo da vida e exercício pleno da cidadania.(BRASIL, 2017, p.12)

Nesse excerto, a responsabilidade do fracasso escolar é atribuída a professores, formadores e gestores, que devem assumir o compromisso de trabalhar com competência para mobilizar os conhecimentos das crianças sobre o ensino da língua materna e da matemática, garantindo assim que sejam cidadãos para o pleno exercício da cidadania em uma sociedade capitalista. Sob esses pressupostos, atribui-se ao indivíduo a culpa pelo fracasso escolar no campo da alfabetização e tão somente o seu comprometimento será capaz de promover o sucesso da relação ensino e aprendizagem da língua materna.

Ainda, segundo esse documento, três indicadores poderão evidenciar o sucesso do PNAIC: o resultado da escola nas avaliações das redes e externas; a autonomia do professor alfabetizador no uso competente de estratégias e recursos didáticos; o apoio dos diretores e coordenadores pedagógicos aos professores, compreendendo que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades.

As mudanças governamentais desdobram em novas reformas pedagógicas. Em 2017, o Programa Mais Alfabetização- PMALFA, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, substitui o PNAIC.

Esse programa surge como uma nova estratégia para superação dos resultados obtidos na Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que apontaram uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática).

Considerando as rupturas, permanências, continuidades e descontinuidades, o PMALFA deixa de ser implementado e passa a ter outra



nomenclatura, o programa Tempo de Aprender, idealizado pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC, faz parte do bloco de políticas afirmativas que visa o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização a professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental.

Por meio da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2020, o programa tem como objetivo melhorar a qualidade de alfabetização dos alunos em estágio inicial das escolas públicas do Brasil, onde poderão fazer parte os Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Com base na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e direcionado para a aplicação de práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais entendidas como significativas, o novo programa do MEC traça um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país. Uma nova iniciativa apresentada para suprir as demandas de uma sociedade capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização é um processo cujo o nível de aprendizagem da língua escrita está relacionado ao domínio do sistema alfabético e ortográfico (SOARES, 2021).

É evidente que ao longo da história da escola pública brasileira a resolução de problemas, a resiliência, a mobilização de conhecimento dos alunos, o trabalho cooperativo, o espírito investigativo, o letramento e tantos outros termos para caracterizar modos de ser, viver e conviver contribuíram para o desenvolvimento dos indivíduos com habilidades necessárias para o mercado de trabalho em movimento e manutenção do sistema econômico vigente, no entanto, não foram capazes de garantir a aprendizagem da língua materna e a desenvolvimento humano.

O sistema de escrita alfabético e ortográfico possui conteúdos científicos específicos capazes de desenvolver as funções psicológicas superiores como: a



percepção, a atenção, a memória, o pensamento, desse modo, precisa ser ensinado sistematicamente pelo professor.

Diante das conjecturas históricas, o século XXI exige uma identidade docente capaz de, criticamente, resistir aos modismos pedagógicos e organizar um programa de ensino que garanta aos sujeitos históricos o acesso a uma alfabetização que priorize o trabalho de leitura e escrita a partir das facetas: linguística, interativa e sociocultural (SOARES, 2016).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador PNAIC 2017**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.159, p.3862, jan./mar. 2016.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. MENEGASSI, Renilson José. O formador de professores de Língua Portuguesa do PNAIC e as alterações em suas práticas Profissionais. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 199-213, jan./abr. 2016. <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso: 12 de jul. 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.